

# O ESTADO E A REVOLUÇÃO

## A QUESTÃO GUINEENSE IV



### TERCEIRA PARTE

## O MOVIMENTO NACIONAL

I

### DA CONSTRUÇÃO DA NOSSA IDENTIDADE POR UM ESTADO VERDADEIRAMENTE NACIONALISTA

**SEJA ONDE FOR QUE A ESTRUTURA DE  
PODER DE UM PAÍS CONTRADIGA O SEU  
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO É O PODER  
POLÍTICO COM OS SEUS MEIOS DE VIOLÊNCIA  
QUE SOFRERÁ A DERROTA.**

**Friederich Engels**

Mas por agora, antes de continuar a contar a odisséia dos Guineenses, que empurrados pela guerra de 1998, foram primeiro para o Senegal e dali para outras partes do Globo, vou falar de um problema actual, acutilante, de um âmbito tal que ultrapassa o específico contexto do “dever da memória e da escrita”, que na verdade pretendo tratar neste capítulo. Mas como aqui estamos a tratar da Guiné (que é de todos nós) e dos Guineenses em geral (que são a matéria prima do nosso pensar), devo abordar este tópico de modo frio e realista.

Em textos anteriores falei do “**dever de escrever**” como *forma de mantermos viva a esperança num País maior, melhor e plural que todos almejamos; e através dessa esperança manter vivo o espírito da Nação*. Mas sei que este “dever” só pode ser “realizado” através do “dever de leitura” pois sem *quem* me leia não posso cumprir o meu dever de cidadão e de nacionalista. Pois nesta hora não se deve escrever por escrever, mas fazendo com que esta nobre *finalidade* de escrever tenha, entre outras coisas, o não menos importante objectivo de exaltar – realisticamente - a auto-estima dos Guineenses, sem deixar de, ao mesmo tempo, apontar caminhos correctos e possíveis ainda de serem trilhados.

É neste pressuposto genuíno que também *falei-vos do dever da memória* - consubstanciado no “*narrar da memória*” - para com a nossa História (e para com a dos que já partiram) convicto de que através deste exercício, chegaremos a conclusão premente de sabermos quem somos nós (quem são os guineenses) e a partir dessa *certeza* clarificaremos algumas dúvidas, ideias preconcebidas e completamente erradas que subsistem em nós - entre nós - sobre “nós próprios.

*Isto no contexto de um alargado debate ideológico/filosófico/político/cultural* necessário e premente sobre a nossa identidade, que pretendo lançar hoje e aqui. Pois é isso que nos levará a outros entendimentos claros (que não metafísicos, tribalistas ou até racistas) sobre uma data de questões essenciais para a construção da nossa identidade nacional dentro de um projecto comum como Nação e Povo.

Para esse **debate nacional** parto do entendimento simples de que uma “**política nacional**” - qualquer que seja ela - que vai em *desacordo* ou *contra* as fontes culturais mais profundas do povo não poderá ser estável nem duradouro. Se o nosso “edifício sociológico nacional” for deficiente nenhum desenvolvimento material pode ser o cimento da unidade.

Este **debate** é urgente por ser **político-ideológico** a vez, pois permitirá esconjurar fantasmas que ainda povoam o nosso imaginário colectivo e expurgar da nossa mentalidade tudo que é nocivo a um desenvolvimento harmonioso do homem guineense. Quando digo harmonioso tenho em mente um desenvolvimento que ultrapassa o *económico* e *social* para atingir na sua plenitude o âmago **cultural**. Esse **debate nacional** permitirá reconciliarmos connosco próprios, como povo, como tribos, como grupos políticos ou económicos e traçará novos rumos para um desenvolvimento saudável.

Para fundamentar a necessidade desse **debate nacional** é necessário aceitar num consenso alargado o facto simples de que uma “**política nacional**” - qualquer que seja ela - que vai em *desacordo* ou *contra* as fontes culturais mais profundas do povo não poderá ser estável nem duradouro. Pois é isso que nos levará a outros entendimentos claros (que não metafísicos, tribalistas ou até racistas) sobre uma data de questões essenciais para a construção da nossa **identidade nacional** dentro de um projecto comum como **Nação e Povo**. Este novo “Caminho Guineense” não será uma ruptura com o antigo “Caminho de Luta”, nem com os seus valores morais, éticos e filosóficos que nos eram tão caros. Será sim uma ruptura com o “**Caminho de Destruição**” que começou em 1975 e com o “**Caminho da Redestruição**” que começou em 1998 e na qual ainda estamos seguindo.

Pois é necessário entender que a nossa deriva não é só **político-militar**, também é **económica, social, cultural e identitária**. Pois aceitemos ou não, temos um profundo problema identitário com vários níveis socioculturais, que tem profundas implicações no nosso subconsciente colectivo: com reflexos profundos na aceitação do *outro* entendido como diferente por pertencer a outra tribo, por ser crente ou não de outra religião, por ser produto de uma mistura tribal ou outras.

Chegou a hora de *falarmos* claramente sobre todos estes assuntos; sem medo, sem ideias preconcebidas, sem “certezas disparatadas”. Falar do nosso *tribalismo* -sempre escondido, nunca

assumido, mas real - dos nossos *complexos* de inferioridade e superioridade, das questões que têm a ver com as *pseudocastas* dentro de uma tribo, das origens socioeconómica, culturais e religiosas, da questão da cor da pele, da questão religiosa, entre outras que ensombram o nosso viver comum e condicionam as nossas escolhas passionais, amizades ou apoio político a um ou outro protagonista ou candidato a postos governamentais.

É este **debate** tão premente quanto necessário, é um dos objectivos que pretendo lançar com os meus escritos; E isso, hoje e aqui, no pressuposto de que sem a assumpção clara das nossas diferenças, sejam elas artificiais ou reais, só adiamos os problemas.

Além de que qualquer tentativa de com políticas de curto prazo, na vã tentativa de *empurrar* o país para um “desenvolvimento” artificial, a longo prazo revelar-se-ão fúteis; porque a Pátria não é só feita de **infra-estruturas**, de estradas e pontes, minas e recursos naturais, mas da **superestrutura**, das nossas línguas e culturas, das nossas religiões, das nossas tribos, em suma do nosso saber e querer. A Pátria é feita dos fundamentos sagrados, não escritos, da dignidade e possibilidade da felicidade de cada Guineense na nossa terra. Ela é também feita do nosso sonhar e possibilidade de realizar o impossível. A Pátria só pode existir do nosso “entendimento comum” sobre o “**Caminho**” que devemos percorrer, como Povo, rumo ao futuro, rumo a Nação.

Pois o progresso de qualquer Nação depende inteiramente da solidez das “ideias comuns” dos cidadãos sobre questões essenciais. E estas “**Ideias Nacionais Comuns**” devem estar acima dos interesses dos Partidos Políticos, organizações da sociedade civil, confissões religiosas ou mesmo - no nosso caso – os interesses tribais. É a *tranquilidade* que estes consensos nos dariam, que por sua vez iriam permitir um viver nacional harmonioso. Um viver no respeito e no progresso.

Doutra forma a Pátria soçobrará, pois como **F. Engels** já dizia há uma centena e meia de anos “*seja onde for que a estrutura de poder de um país contradiga o seu desenvolvimento económico é o poder político com os seus meios de violência que sofrerá a derrota*”.

No nosso país, todos os Governos (sem excepção) sempre contradizerem (consciente ou inconscientemente) flagrantemente o desenvolvimento económico da Nação. E o Poder Político sempre sofreu a derrota (sejam os governos de **Luís Cabral**, de **João B. Vieira**, da **Junta Militar** ou os vários que sucederam a este). E de erro em erro, de improviso em improviso, de derrota em derrota, os nossos efémeros Governos vão desgovernando o País.

Neste país, durante anos, teimosamente continuamos a *contradizer* (conscientemente ou não) todo o tipo de desenvolvimento económico, com nefastas políticas sociais, económicas ou culturais. Ou pela ausência total de “políticas” claras, consistentes e direccionadas para objectivos palpáveis. Uma coisa é tentar fazer gestão do caos e outra coisa é Governar realmente. Pois, pese embora, acredite na afirmação de **Engels**, acima transcrita - pois ela é verdadeira e dezenas de vezes foi provada neste mundo -, por outro lado não se pode “sentar e esperar” que isso aconteça. Porque quando *acontece* é o Povo quem mais sofre, embora seja o menos culpado. Já vimos isso em **1998**, durante a Guerra Civil, com todas as consequências que ainda hoje continuam a infernizar a nossa vida comum.

Mas por agora, impotente que sou para mudar este estado de coisas, só posso alertar a todos vós, para o que **Edmund Burke** disse sobre o medo e as suas causas: “*A ousadia dos bons deve ser igual ou maior que a ousadia dos maus*” Mas não sou impotente para fazer o que eu faço neste âmbito. Pode ser pouco, mas é uma “escrita de intervenção” ancorado no *dever de memória* e na *responsabilidade cívica*, que entendo ser mais um *dever* que um *direito*. Por isso não olho a *minha liberdade* de escrever como “um direito que ninguém me pode tirar”, mas pelo contrário, como um “dever que tenho de cumprir para com o meu País e Povo”. Um dever gerado da dimensão moral do entendimento de que na nossa particular situação como Nação, “o **silêncio** é

*criminoso e atentatório a dignidade e aos direitos do Povo*”, como já frisei antes. Além de que se não cumprir este dever teria vergonha de andar de cabeça erguida, pois sei que o mesmo **Edmund Burke** também disse que “*a única coisa necessária para o triunfo do mal é que os homens bons não façam nada*”.

## II

Só um Governo (executivo) totalmente *interessado* num verdadeiro progresso nacional - económico, social e cultural - pode realizar tamanha política, independentemente de quaisquer outras considerações de curto prazo. E se “estar interessado” é condição *sine qua non* para isso, não é *condição bastante*. Pois é necessário ter a capacidade de compreender o *momento* histórico e estar em *consonância* com a história. E estar imbuído de uma certeza total quanto aos objectivos e o **caminho** para os atingir. Cada passo, cada decreto, cada resolução tem que ter o condão de transformar a natureza e o homem. Tudo o que o Governo faz tem que ter a sua consequência lógica no tecido económico e social com a acuidade de predestinação. De outra forma os *actos* voltar-se-ão contra os seus perpetuadores.

E isto independentemente de méritos ou deméritos de Partidos, Governos ou Legislaturas que passam e passarão sempre, enquanto o Povo permanece e permanecerá sempre. Além de que a vitória de um Partido em eleições “normais e periódicas” pressupõe apenas uma mudança de Governo, enquanto a vitória de uma **weltanschauung** (concepção do mundo) pressupõe uma mudança no **Estado** e no **espírito** do Povo. Eu trabalho para a vitória de um forte e novíssimo **weltanschauung**.

Pois como nada vive estagnado, as nossas próprias tribos neste processo “civilizacional” mundial rumo a modernidade, sofreram e sofrerem uma mutação que é visível nos seus descendentes actuais, sejam os cristianizados, muçulmanizados ou secularizados apenas. E o desenvolvimento cultural da nossa Nação, neste século, será o resultado desta compreensão primária, sem a qual não será lançada a primeira e duradoura pedra no edifício do consenso nacional. Estes devem ser as premissas básicas para o início de qualquer *discussão* ou *interpretação* do nosso *sentido nacional e histórico*. Pois o *nosso caminho*, o “**caminho Guineense**”, só poderá ser trilhado a partir do nosso entendimento profundo sobre “nós próprios”, como *indivíduos* singulares, como *membros* ou *descendentes* de uma tribo e como *povo* no seu sentido comum.

Se nesta fase de criação e o desenvolvimento da Nação, os **Balantas** forem os que têm mais aptidão provada, para serem os guardiões da Nação, que o sejam. Se do núcleo **Bijagó** é que se vai desenvolver a Industria Pesqueira Nacional, ainda bem. Se o celeiro do país deve ser entregue aos povos do **Quinara** e **Tombali**, melhor ainda. Se o comércio nacional e internacional tradicionalmente é o *dom* intrínseco dos **Fulas**, amén. Se o funcionalismo público e o sistema bancário forem o apanágio dos **Papeis** e **Mancanhes**, então é hora de apostar neles. Se a base da nossa intelectualidade, a *intelligentsia nacional*, será dos **Manjacos** (se o país melhorar, para pararem de emigrar e outros voltarem com o seu imenso saber para a Pátria) totalmente de acordo.

Mas por agora, ainda nesta fase de “desenvolvimento” socioeconómico dessas tribos, cada uma delas tem a sua *vocação* ou *dom especial* no processo produtivo. E cada um desses núcleos, que formam o Povo Nacional, deve dar a sua contribuição ao tecido económico, social e cultural da Nação na medida do possível (de modo diferente), segundo a sua natural aptidão; isso durante um certo tempo de formação e coesão da nação.

Mas entregarei a **Industria** a quem? **Obras Publicas**? **Minas e Turismo**? Quero realçar que falo aqui empiricamente, pois sei que os **Balantas** sempre foram grandes lavradores e continuaram a

sê-lo (alem de que as Forças Armadas que eu preconizo não devem ter, com toda a logística e serviços associados, mais que 10.000 homens extremamente bem preparados. Por isso a tribo Balanta não se pode dedicar-se apenas a defesa). Sei que os **Mandingas** também são lavradores tão bons como as outras tribos. Os talentos naturais dos **Beafadas, Nalus** e de tantos outros núcleos tribais, que não precisam ser realçados, pois como já disse e repito, cada um tem os seus. Mas isto nunca no sentido de dividir, mas de apoiar aptidões naturais de jovens e idosos dessas tribos, se for essa a sua inclinação, e claro está com toda a liberdade.

E da máxima da *justiça ideal* na terra “**de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades**” *passaremos a máxima do redenção nacional*, quando na nossa terra for “*de cada tribo segundo a sua cultura, saber e aptidão produtiva, a todo o povo segundo as necessidade da construção da Nação*”

Pois é tarefa do Governo aproveitar todos os talentos de diferentes núcleos tribais, como é sua tarefa aproveitar cada técnico, cada cientista, cada intelectual ou quadro que seja valido para o desenvolvimento deste país. E não a ausência total de “uma politica” para quadros que se verifica há dezenas de anos.

O Governo que souber tirar partido destes *especiais talentos culturais e laborais* que cada tribo do nosso país tem, para um desenvolvimento estável, será o primeiro *verdadeiro* **Governo de Unidade Nacional**. E será diferente de “**Governos**” que só por terem indivíduos de diferentes tribos em diferentes postos ministeriais, se consideram logo de **Governos de Unidade Nacional**. O malgrado **Presidente Vieira**, quase sempre mal aconselhado, cometeu este erro variadíssimas vezes, para a sua e nossa desgraça.

## II

### DO MEDO NA NOSSA SOCIEDADE AO MOVIMENTO NACIONAL GUINEENSE

O HOMEM NÃO TEM PODER SOBRE NADA ENQUANTO TEM MEDO DA MORTE. E QUEM NÃO TEM MEDO DE MORRER POSSUI TUDO.

L. Tolstoi, in Guerra e Paz

Quem está no poder na Guiné que não tem um certo medo de ser morto, se contrariar uma ou outra tendência mais forte no momento? Que jornalista, analista político ou político com alguma notoriedade que não vive com medo de (se não tomar cuidado nas suas declarações, tomadas de posição ou na sua escrita) acabar um dia com uma bala na cabeça? Se este clima prevalecer chegará o dia em que os empresários, os médicos, engenheiros, em suma toda a gente terá medo de ser morto estando ou não na política. Por isso urge acabar com o medo na nossa sociedade

implantando um regime forte, serio, baseado num Estado de Direito, que seja dissuasor de actos criminosos e fora da lei. Pois não há nenhuma sociedade, em que o medo domina, que se desenvolve de forma sã e coesa. Além de que são estes comportamentos desviantes que geram também a tal “conflitualidade permanente” no aparelho do Estado e a nível Governamental de que falava na **Segunda Parte** deste texto.

Falo do **medo** latente e insidioso que existe na nossa *intelectualidade* (com esta palavra, neste caso, refiro-me aos quadros de toda índole). Ela está interiorizado na psique dos *intelectuais* guineenses como um vírus, fazendo já parte do nosso dia-a-dia. Pois, aceitemos ou não, o *medo* e o *nepotismo* em todos os níveis de relacionamentos são ainda os maiores **handicaps** para se chegar a uma Guiné moderna, forte, livre e desenvolvida. Nas minhas idas a Guiné sinto que insidiosamente, o medo pouco a pouco, está a fazer parte do nosso viver. Embora ele nunca esteve ausente das nossas vidas, ouve uma altura que parecia que passaria a fazer parte de um passado que não voltaria.

Os *diversos medos* é que vão gerar os conflitos institucionais e políticos. Pois (pese a ironia) o medo e a “conflitualidade”, só têm um mérito: os oportunistas, carreirista ou vulgares malandros, não conseguem saber como se “posicionar” (é assim que falam) em relação aos acontecimentos políticos, pois como nunca “sabem de certeza quem ganhará” (nunca ninguém ganha a longo prazo, diga-se; no fundo só o País que perde a curto e longo prazo; diga-se também) no fim de um *conflito* político - neste específico momento, se o Presidente ou o Primeiro-ministro - ficam a “correr de um lado para o outro”, tentando adivinhar e a agradar todas as sensibilidades e franjas, para estarem sempre bem vistos. Tarefa sumamente complicada, e ainda mais, quando está-se a desempenhar uma função no aparelho do Estado, pois faz com que o desempenho não só seja nulo como negativo.

Mas o que interessa mesmo é que este estado de coisas - provocado pelo medo - de todas as formas, é extremamente prejudicial aos interesses nacionais.

Mas o medo é um apanágio apenas dos intelectuais? Ou é transversal a toda nossa sociedade alcançando como já disse também o próprio poder Político nos seus mais altos escalões? Na **Segunda Parte** deste trabalho falei-vos do “poder que não é Poder” ou “do poder com medo do poder”; Isso era perceptível nos últimos meses do mandato do assassinado presidente **João Bernardo Vieira**; Ou não vivia ele no receio de ser traído e morto como veio a acontecer? Os sucessivos chefes de estado-maior das Forças Armadas não viveram e vivem no permanente medo de serem assassinados? Não é talvez por isso também que tomam as vezes medidas extremas na vã tentativa de se protegerem? Assim prejudicando a imagem e bom nome do país? Embora nada do que fizeram para se protegerem evitou que todos fossem mortos ou afastados. E assim será sempre enquanto não voltarmos a normalidade e os militares entenderem que o maior perigo para o militar é o próprio militar.

Mas do “nosso medo” (e das suas origens exactas) como indivíduos, como quadros, como intelectuais ou criadores de riqueza cultural falarei ainda mais, a frente, apenas faço referência aqui porque tem uma grande influência no processo criativo em geral dos Guineenses e em particular na sua criação literária.

Por isso começo por este particular para vos dizer que não existe “dever de *escrever* e o da *memória*” sem o “*dever da honestidade*”; aliás este pressuposto é a condição basilar para realização dos anteriores. No fundo são três coisas inseparáveis que significam uma e mesma coisa; A **honestidade intelectual** (aqui a palavra *intelectual* também significa **política**) – que diferente da *honestidade normal* que deve pautar as nossas acções durante a vida – tem uma componente acrescida de responsabilização. Pois a **honestidade intelectual** não tem

implicações somente para o **intelectual**, mas para todas as pessoas que *escutam, lêem e se revejam* nesse **intelectual, político** ou nesse específico **cidadão**.

Mas tudo o que acabei de dizer só tem sentido se não existir medo de escrever, de falar e de criar. Pois é a coragem o maior dos atributos humanos, pois ela é que suporta todas as outras qualidades que possamos ter. Na verdade é a *coragem* que fez o homem abandonar o Reino Animal para ser *homem*. Quando o primeiro Guineense corajosamente decidiu morrer pela sua dignidade tornou-se num homem livre nesse momento. É essa herança que esse homem nos deixou que não devemos menosprezar. Não devemos desprezar essa grandiosa herança, traíndo a nossa natureza de homens nascidos livres e iguais. Ou como bem dizia **Amílcar Cabral** “*Se nós, amanhã, traírmos os interesses do nosso povo, não será porque não o soubéssemos, será porque quisemos trair e não teremos então qualquer desculpa*”.

E hoje podemos trair os interesses do povo, escondendo atrás de pseudónimos, não escrevendo por medo, sendo bajuladores por interesse, apoiando pessoas que sabemos que não são talhados e nem capazes para assumir determinadas responsabilidades, apenas para tirar algum proveito duvidoso; sendo, em suma, indiferentes para com a sorte da Nação. Quando na verdade tudo o que se vos pede é preencherem a nossa mente com um requisito básico: o facto de que a responsabilidade intelectual do escritor, ou de qualquer pessoa decente, é dizer a verdade sobre os factos, sobre as causas e sobre os efeitos destas. Tudo o mais, baseado neste *númeno*, virá por acréscimo.

Mas isso só é possível quando esse **cidadão** não se esconda atrás de pseudónimos para escrever e opinar sobre o País e/ou figuras públicas. Pois essa mentalidade além de assente em cobardia, é uma mentalidade intelectualmente tacanha e de certa forma “desonesta” e oportunista; pois mesmo tentando entender que esse comportamento é baseado em certos pressupostos que têm a ver com a insegurança e o medo que os cidadãos - embora não o confessem - têm do seu próprio Estado. O que é (ou devia ser) um contra-senso nesta “época de Democracia” e neste globalizado mundo em que vivemos.

O facto de se esconderem atrás de falsas identidades é também extremamente nocivo para os que não se escondem. Pois faz com que os que não se escondem serem eventualmente prejudicados (física ou profissionalmente), enquanto “os cobardes” continuam em segurança relativa; em vez de com o seu “descobrir da cara” criarem uma força moral e patriótica tão forte e de uma amplitude tão grande que ninguém possa ser prejudicado jamais pelas suas opiniões neste país.

E mesmo “entendendo” de certa forma quem assim procede, por entender que a sua vida esta possivelmente ameaçada por um poder superior do Estado, tenho que dizer que esta “vantagem” que o anonimato teoricamente dá é contraproducente a longo prazo. Pois esta aparente vantagem é um *handicap* muito grande, pois em toda a parte do mundo, em qualquer circunstância, quase ninguém tem respeito pelos que se escondem, pelos que não dão a cara, embora possam estar de acordo com eles; embora compreendam os seus motivos.

Portanto neste particular, este comportamento, em vez de ser *positivo* - no sentido de permitir o livre exercício da crítica política (que doutra forma eventualmente não seria possível para alguns) - acaba sendo pernicioso até para os próprios que assim se querem proteger; Pois a longo prazo ele é mais destruidor para o tecido intelectual da nação do que os seus benefícios a curto prazo, Um indivíduo que escreve sobre pseudónimo terá porventura “uma certa coragem” mas ao mesmo tempo terá também “uma certa liberdade” de denegrir os outros impunemente. E isso muitas vezes os leva a não respeitarem as preocupações de verificar cabalmente os factos antes de os publicarem, entre outras dezenas de falhas que norteiam este tipo de intervenção camuflada. E isso, as vezes acontece, sem intenção premeditada do escritor, pois o seu subconsciente esta

mais livre do que quem escreve dando cara. Todas estas nuances, no cômputo geral, acabam por tolher o avanço da Nação de várias maneiras, fazendo com que o objectivo alcançado seja totalmente contrário ao pretendido. Pois o medo provoca geralmente reacções torpes ou não é ele *“o mais ignorante, o mais injusto e cruel dos conselheiros”*? Como bem enfatizou **E. Burke**.

## II

Dou-vos um exemplo simples de como o medo está imbuído em nós como se fizesse parte de uma segunda pele: durante as últimas eleições presidenciais participei em várias discussões informais sobre o País e o seu futuro com muita gente interessante e inteligente. E sabendo eu que vivemos numa Democracia (seja ela como é, com todas as *imperfeições* das Democracias e com nenhum *virtude* deles), achando que não poria ninguém em risco, desafiei um grupo de jovens a criar um Movimento Cívico (que poderia no futuro vir a ser um Partido se assim se desenvolvesse). A base do consenso era que se as dezenas os Partidos Políticos de Oposição que existiam não satisfaziam nem de longe e nem de perto, os nossos ensejos como cidadãos, então devíamos criar um novíssimo **Movimento**, diferente de todos os outros. Baseado em amplas **concepções** de âmbito nacional que ultrapassam os próprios Partidos Políticos como tais, de forma a procurar um “consenso nacional” e um “caminho” para a Nação que nenhum Partido isolado poderá conseguir ou apenas almejar “sobre uma data de questões essenciais para a construção da nossa **identidade nacional** dentro de um projecto comum como Nação e Povo”.

Nestes pressupostos tomei a decisão de reunir toda essa gente, que covardemente faltou ao chamamento, porque se *“é na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o carácter terreno de seu pensamento”*, então tinha que falar com toda essa gente de uma só vez e sentir o seu sentir sobre o meu credo, sobre o meu acreditar. Não tinha uma única nota preparada para o debate, pois acreditava e continuo a acreditar que não há nada que eu diga que qualquer Guineense amante do seu país não subscreveria por baixo. Pois essas questões são baseadas em outras legitimidades que não apenas as das urnas. São as questões que têm que ver com o que escrevo nesta dezena de textos que lêem.

Eu achava, que num país que já tem dezenas de Partidos Políticos, encontrarmo-nos para debater a pertinência desse movimento e a sua criação seria totalmente normal. Estava enganado; pois um desses jovens disponibilizou um espaço para essa troca de ideias e marcamos uma data para a Fundação do Movimento. Essa semana falei com dezenas de quadros e pessoas simples. Escutando opiniões e suas expectativas. Pois eu mesmo precisava conhecer o que lhes ia na alma.

No dia marcado apareceram apenas cinco pessoas. E só quatro entraram na sala. Ao ver o resultado das minhas diligências, confirmei a suspeita de que o medo, que eu não tinha, estava impregnado nas outras mentalidades. Isso não me desmotivou; não mudei a data da reunião para tentar reunir mais gente, pois as vezes na vida é melhor ter connosco (como se costuma dizer) poucos mas bons, do que muitos mas débeis. Por esses que não tiveram medo, decidi - como aquele imortal artista que embora tendo apenas duas pessoas no teatro a escuta-lo deu um concerto completo de duas horas. Pois esses dois tinham pago os seus bilhetes e desafiado o maior temporal da região para assistirem o seu concerto; e portanto mereciam ver o espectáculo - falar na mesma. Acabei por falar só com os três mais corajosos que permaneceram até ao fim.

Falei durante uma hora abrindo o meu coração aos eles; no fim assentei no meu bloco-notas a data desse dia e para mim mesmo considerei-a como a data da fundação do Movimento. E considerei a esses três jovens patriotas, os membros fundadores desse **Movimento Nacional Guineense** que irá para além da política partidária, para além das tribos, para além da religião e será a base para o nosso renascimento como Povo. É este o meu acreditar e pelo qual luto, pois



como disse um filósofo em quem acredito profundamente “o povo é um postulado eterno da Razão, um princípio metafísico abrangente e total”.

E o disse da maneira que pude a esses três jovens e eles *subscreveram* por baixo; pois as minhas razões eram as deles; o meu sentir igual; o meu acreditar o seu. E o facto de esses jovens serem pessoas desconhecidas e sem influência política, também foi positivo, pois sempre acreditei que a redenção tem de vir de fora e não dos meandros apodrecidos da nossa política actual feito de centenas de políticos ultrapassados, com uma visão do mundo totalmente desfasada da realidade. Ou como me disse esse vendedor de fruta do mercado de **Bandê**: (...) *Um dia chegara o homem que virá kumpu Guiné...* Espero que a vinda do seu salvador seja para breve, pois como já disse não gostaria de ser *o João Baptista pregando no deserto a vinda do nosso Cristo*.

Essa reunião foi um começo e como todo o começo vale o que vale, mas estes textos - que também valem o que valem - são o “documento base” originário desse encontro. Pois nesse dia percebi que o caminho não seria fácil. São a sua maneira o *Manifesto* desse Movimento para o soerguimento nacional. Por isso quando digo que urge um **Novo Recomeço**, esse recomeço não é só **político** e **económico**; é social e educacional; é inter-tribal e geracional. É também um recomeço no campo da **justiça**, no campo da **moralidade** e no campo do **engajamento cívico**.

Mas desta iniciativa e **Movimento** falarei mais detalhadamente depois, por agora pergunto, porque é que houve cobardia? De *que* ou de *quem* é que as pessoas tiveram medo e não apareceram? Recebi depois telefonemas e mensagens de desculpas várias. Mas outros foram claros comigo: não foram porque achavam que indo, se se viesse a saber, podiam desagradar este ou aquela figura política. Vim a falar pessoalmente com alguns que me tinham dito que iam e não foram. O medo advinha de serem depois molestados pelo Poder político. Acreditam nisto? Num país com dezenas de partidos de oposição? Pois é pura verdade, embora, as vezes as causas do nosso medo estão mais imbuídas em nós do que por algo que o **poder político** faça de concreto.

E isso advém essencialmente da pobreza e da má organização do Estado (e da Nação no seu todo). E nesses caso os cidadãos em vez de serem os detentores do poder, são reféns desse poder. Temos por isso entender que só quando formos para além do nosso medo, o eliminarmos da nossa da nossa sociedade, da nossa vida comum e pessoal, da nossa concepção do mundo, conseguiremos ir a alguma parte. Pois eu acredito como **L. Tolstoi**, que no maior romance do mundo, “**Guerra e Paz**” asseverava que “**O homem não tem poder sobre nada enquanto tem medo da morte. E quem não tem medo de morrer possui tudo.**”

### III

## DO PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA À LIBERDADE DE VIVER SEM MEDO

**O MEDO, É O MAIS IGNORANTE, O MAIS  
INJUSTO E CRUEL DOS CONSELHEIROS.**

**Edmund Burke**

O nosso medo, por ser um problema que existe, que é extremamente grave, que é dolorosamente real, não adianta escamoteá-lo, fazendo de conta que não existe - embora nunca devesse existir (pelo menos teríamos um problema a menos, nos milhares que temos, para resolver no futuro) nesta fase da nossa história - só pioramos a nossa situação e a nossa vida nacional no seu conjunto. Pois o nosso medo não é apenas físico, consubstanciado no perigo de uma morte imprevista ou espancamentos imerecidos. É um medo económico, é um medo social; é um medo estúpido e inexplicável; pois o embrutecimento do Guineense desde a Independência até aos dias de hoje não foi em vão. Criou em nós mecanismos de defesa totalmente irrelevantes e anti-naturais. É isso que faz muitas vezes o Guineense ser visceralmente contra o seu próprio País, pensando que assim esta *defendendo* a si mesmo e a nossa família. Sem entender que só defendemos a nossa família defendendo a nossa Nação em todos os azimutes.

Isto tudo, somado a uma certa mentalidade retrógrada, de servilismo e bajulação vergonhosa, leva-nos a constatação de um paradoxo intelectual aparentemente insolúvel: Ou não *fazemos* análise política, não *escrevemos* sobre a história e nem tampouco *fazemos* política activa, se quisermos ser amigo de toda a gente. Ou se “fazemos política”, tem que ser de modo incompleto e com pinças. Pois em cada frase, em cada palavra, podemos ferir diversas e variadíssimas susceptibilidades. Um absurdo que muita gente procura conciliar com a sua dignidade e honra, sem sucesso. Pois não esqueçamos que para dificultar todo o nosso trabalho, a Guiné, por ser um país relativamente jovem, muitos protagonistas de um passado histórico recente ainda são vivos (ou seus familiares próximos) e muitas vezes ainda no activo.

Digo isto para que entendam a minha posição e preocupação quanto a “honestidade intelectual” já atrás frisada. Pois ela tem também outras dimensões que não apenas estas aqui tratadas. Mas entendo que por si só, pela importância que tem, esta *categoria* deve estar também sempre subjacente a qualquer tentativa (histórica ou não) de descrever o nosso **processus** nacional. Mas também porque no nosso caso (leia-se País), ela é ainda mais pertinente no dia-a-dia pela simples constatação que sendo a Guiné actual é um País pequeno, onde feliz ou infelizmente, acaba-se “conhecendo” toda a gente isto faz com que seja extremamente difícil e delicado *falar* de “factos” ou de “alguém” sem *magoar* “alguém” ou em outro sentido, sem *alegrar* “outrem”.

No âmbito deste paradoxo, sou até “aconselhado” a não falar de *uma* ou *outra coisa*, de não referenciar uma ou *outra pessoa*, pelas consequências negativas que daí poderia advir para *outras certas pessoas*. Pois eu, como o Estado Guineense não me dá um tostão, teoricamente seria mais difícil de pressionar. Escuto “esses conselhos” com muito respeito, por virem as vezes de pessoas que respeito e estimo, pela sua competência ou pela sua lealdade ao País e por serem gente que entendo que futuramente têm ainda algo que dar ao País. Mas tirando isso, não concordo em absoluto com o princípio geral de cautela; pois de outra forma teria que acreditar que não vivemos numa democracia real, mas numa de faz de conta, para o estrangeiro ver - com as consequências irrefutáveis de que sendo assim -, e as pessoas eleitas, então não têm legitimidade.

Mas independentemente dessa constatação, se aceito que tenho que me auto-censurar, antes de *escrever* ou *publicar*, estaria prestando um mau serviço a minha pátria e a mim mesmo (como aqueles que *escrevem* de “cara tapada”). E dessa maneira inexoravelmente entraria no limbo cinzento de *meias verdades*. E esta *categoria* que nem é preto nem branco - que nem é “verdade completa”, nem “mentira inteira” -, é-me profundamente odiosa. Pois como não se pode fazer *meia* política ou analisar pela *metade*, *também não se pode* escrever *apenas um pouco*. Isso seria “escrever por escrever”, uma trampolinagem imperdoável e uma censurável perda de tempo, que infelizmente já não temos. E além de que isso seria uma traição aos Guineenses que nunca será perdoada por gerações vindouras.

## II

Também tenho dificuldades em aceitar estes “princípio de prudência” porque, as vezes, é o *medo* (sempre presente, sempre latente) que move as pessoas a dar tais conselhos, pois infelizmente, muitas vezes as pessoas nesta nossa *República de Rios*, não estão nos seus postos por competência ou merecimento, mas erradamente, por favores de outrem, obtidos através de bajulação ou até em troca de actos ilícitos.

Pois, paradoxalmente, ou não *fazemos* análise política, não *escrevemos* sobre a história e nem tampouco *fazemos* política activa, se não quisermos ser inimigos de toda a gente. Pois em cada frase, em cada palavra e em cada linha que pomos no papel, podemos ferir diversas sensibilidades e variadíssimas susceptibilidades. Ou se mesmo assim resolvermos fazer política, tem que ser de modo incompleto, cuidadoso e com pinças; de modo que tudo fique criminosamente na mesma (tirando claro ganhar um dinheirito para nós e nossa família).

Um absurdo, que muita gente procura conciliar - geralmente sem sucesso - com a sua vida pessoal diária, com a sua inteligência, dignidade e honra (mas aqui refiro-me obviamente a homens dignos e amantes do seu país, pois dos outros não falo, pois não me interessam). Pois para um homem *livre* isso é incompatível com a dignidade humana.

Pois como posso escrever sobre a Guiné, sem falar de vultos históricos já desaparecidos como **Amílcar Cabral, Vitorino Costa, Domingos Ramos, Titina, Luís Cabral, Francisco Mendes, António N`Bana, Justino Lopes, Simão Mendes, Corça Só, Quinta, José Carlos Schwarz, João Bernardo Vieira, Ansumane Mané, Hélder Proença, Corça Só, Kankoila Mendy, Malam Sanha, Rafael Barbosa, Victor Saúde Maria, João da Costa?** Como escrever sobre vultos “importantes” da nossa história recente com todas as consequências políticas e outras para a compreensão do nosso *processus* de forma imparcial e isenta?

Ou de que maneira, podemos escrever seriamente sobre a nossa herança política? como analisar a situação actual, sem mencionar políticos antigos e recentes - como **Aristides Pereira, Carlos Correia, Filinto Barros, Manuel Saturnino da Costa, Malam Bacai Sanha, Carlos Gomes Júnior, Kumba Yalá, Francisco Fadul**, para só para citar alguns - sem *nunca* magoar, sem ferir susceptibilidades e ao mesmo tempo ser competente e imparcial?

Falar destes últimos, é ainda mais difícil, por serem todos gente que conheci pessoalmente ou aos seus filhos, familiares, parentes, amigos etc., e sendo amigo de muitos de seus familiares que respeito e considero, independentemente dos actos dos parentes terem sido bons ou maus para o País. Como posso resolver este aparente *absurdo* Guineense? A verdade é que nós Guineenses temos um problema com a *escrita*, outro com a *política* e um terceiro com a *liberdade*, com relação ao nosso País e Povo.

Para mim é simples: Como não podemos ter dois mundos, temos que fazer uma escolha. Temos que entender de uma vez para todas, que quem *esta* ou *esteve* na “**Política**”, desempenhou um **cargo político relevante** “deixa de ser” nosso pai, nosso irmão, tio, cunhado, compadre, etc., para passar a ser uma *figura pública* com todas as consequências que essa mudança acarreta para o bem e para o mal. Portanto transforma-se no “**homem político**” que já “não pertence” a sua *família sanguínea*, mas a “família nacional”. Querendo com isto significar que torna-se no cidadão que passa a pertencer a classe do **Zoon politikon** (em grego no original), tanto na acepção radical de *Karl Marx* como ao mesmo tempo naquele de **Hannah Arendt** na sua famosa definição da **política** e o seu campo de acção, no seu livro “**O Que é Política**”. (livro esse que, já agora, aconselho vivamente a leitura aos nossos “políticos” ou “aprendizes de política”, pois por algum lado têm que começar.)

Mas mesmo antes de o consultarem adianta que **Hanna Arendt** escreveu que "A **política** baseia-se no facto da pluralidade dos homens, ela deve, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais." Assim recusando a simplicidade da tese comumente aceite de que o homem é um **Zoon Politikon** (em grego no original, **animal político**), que vem de **Aristóteles**, no sentido em que o **político** seria inerente ao ser humano.

E recusa esta tese do **Zoon Politikon** - "como se no homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência" - dizendo que é um conceito que "não procede, pois o homem é apolítico" pela sua natureza. Acentua esta tese demonstrando que na verdade a **política** surge não no homem, mas sim entre os homens e "se estabelece como relação"; e fundamenta dizendo que no fundo é a liberdade e a impulsividade de diferentes homens que origina o surgimento desse "espaço entre homens", onde só então se torna possível a **política**, a **verdadeira política**. Daí a sua afirmação de que "*O sentido da política é a liberdade.*"

Mas antes de continuar tenho que dizer que nada disto é totalmente original e novo, pois antes de **Hanna Arendt**, **Marx** já tinha ido buscar o conceito de **Zoon Politikon** - a "**Ética a Nicômaco**" e/ou a "**Política**" de **Aristóteles** - para pelo contrario, asseverar que "o homem é no sentido mais literal, um **Zoon politikon** - *como foi definido por Aristóteles há mais de dois mil anos* - e não apenas um animal social-gregário".

Mas não é minha intenção sobrecarregar o leitor com noções aborrecidas (embora pense que quem me lê tem suficiente conhecimentos para se interessar por estas concepções políticas), mas as linhas anteriores foram necessárias para dizer que se aceitarmos que a **política** não é inerente ao homem, mas surge entre os homens como forma de se organizarem, falarem, discutirem (sem guerrear) para os ajudar a resolver os seus problemas, então o primeiro pressuposto para a **política** é a honestidade.

Honestidade para connosco próprios e para com os outros. Parece simples, mas é capital na "escrita" **política** e a "fazer" **política**. Ou lendo e apreendendo pelos que são mais que nós "*política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.*" (**Hanna Arendt dixit**).

E não devemos falhar nesta hora - cumprindo o "dever de escrever e da memória" - de sermos honestos para com (e em relação) ao nosso povo. E isso não é "nenhum favor" que fazemos ao povo; pelo contrário, por mais estranho que pareça a alguns - é uma oportunidade que nos é dada por esse povo - que nos gerou - para falar por ele e em seu nome.

## IV

### A HORA PERDIDA DA REVOLUÇÃO GUINEENSE

DO MESMO MODO QUE NÃO PODEMOS JULGAR  
UM INDIVÍDUO PELO QUE ELE PENSA DE SI MESMO,  
NÃO PODEMOS TAMPOUCO JULGAR ESTAS ÉPOCAS DE  
REVOLUÇÃO PELA SUA CONSCIÊNCIA, MAS, AO  
CONTRÁRIO, É NECESSÁRIO EXPLICAR ESTA

## CONSCIÊNCIA PELAS CONTRADIÇÕES DA VIDA MATERIAL.

**Karl Marx**

**Bloch** ensinava que jamais um fenómeno histórico poderá ser inteiramente explicado na sua época, mas como não podemos interromper o **continuum** da história, também não podemos mudar o passado. Mas podemos conhecer profundamente o passado, pois desse conhecimento é que se faz o presente em qualquer sociedade sã. Por isso este texto que tinha como objecto o **Trigessimo Sétimo Aniversário da Independência** - em toda a sua vastidão sociológica cultural e económica – vai buscar o **7 de Junho de 1998** e as suas amargas lições, para a partir deste acontecimento magno da nossa história, explicar o nosso falhanço como Nação.

Porque longe de ser uma simples revolta militar, foi o corolário de toda uma governação falhada - além de criminoso -, de toda uma filosofia errada, de toda uma concepção do mundo e de Nação totalmente desfasada da realidade nacional e mundial.

Nesse aspecto foi mais importante do que o **Catorze de Novembro** que mudou apenas meia dúzia de titulares de cargos governamentais para manter em funções mais de 90% dos Governantes (os Ministros apenas trocaram de Ministérios). Com o mesmo Partido, com o mesmo Comité Central, com os mesmos erros e com os mesmos vícios (e alguns novos diga-se de passagem). Pior ainda do que isso, com a mesma visão do mundo, com a mesma crónica incapacidade para governar, com a mesma enraizada incapacidade de amar o seu próprio povo.

O **Sete de Junho** foi o *virar da página*, pois a suas consequências foram totalmente independentes dos protagonistas; embora não tenha sido uma revolução, as suas consequências, foram revolucionárias, até para os próprios protagonistas (todas as revoluções devoram os seus filhos). As revoluções funcionam assim, são despoletadas por um acontecimento (a maior parte das vezes trivial), e a partir daí. Ganha vida própria e nunca é possível condicionar o seu rumo totalmente. E assim foi com o 7 de Junho de 1998. Nenhum dos que desencadearam as hostilidades imaginavam que esse movimento militar um dia chegassem a própria chefia do País.

Não foi uma revolução porque foi uma revolta “de dentro”; foi o sistema apodrecido e gangrenado a expulsar o pus acumulado. Mas para mim a sua consequência mais importante (no âmbito teórico) foi a demonstração viva (e prática) da teoria de **F. Engels**, acima escrita, que garante que “*Seja onde for que a estrutura de poder de um país contradiga o seu desenvolvimento económico é o poder político com os seus meios de violência que sofrerá a derrota*”. De facto a derrota da “estrutura do poder” foi total e inapelável. Mas como o País e seu tecido económico eram frágeis a derrota foi **Nacional** em vez de se cingir a “**estrutura do poder político com os seus meios de violência**”. Por isso a certeza de Albert Camus, de que “todas as revoluções modernas contribuíram para o fortalecimento do Estado” também não se consubstanciou no nosso caso, independentemente de, como já disse, o **7 de Junho**, não se ter tratado de uma Revolução no sentido clássico.

A nossa Revolução será feita no futuro; e possivelmente não será só a nossa, ela será Africana e continental. Pois em África as premissas estão reunidas, as condições maduras, faz muito tempo; apenas falta o rastilho para o despoletar. Ou um **Simon Bolívar** para o levar a cabo. Pois os Povos Africanos hoje vivem pior que os latinos Americanos na altura da libertação há quase dois séculos.

Pois se é apanágio das revoluções destruir o *continuum* da **História** para depois colar as pontas com o sangue derramado na sua acção (é o sangue derramado que legitima a **revolução** e não o contrário), então *nada* é histórico por si próprio – nós é que o tornamos histórico a partir da nossa

percepção sobre essa realidade (da única maneira possível, que é *modificando* o passado) –, então o conhecimento histórico só pode atingir uma **dimensão política** se tivermos a percepção *certa* da nossa Nação. E principalmente nunca permitir o primado da Política sobre a História.

Por isso se não podemos sendo sérios e consequentes, *saltar* sobre o “**7 de Junho de 98**”, na análise histórica do nosso *processus* - ou por outro -, se ela é *parte* da nossa história (e não um interregno) com um lugar nela, *igual* ao “**24 de Setembro**”, “**14 de Novembro**” ou mesmo “**20 de Janeiro**”, então temos que indagar ainda bastante sobre a nossa história e os caminhos que ainda vamos percorrer.

Os **Revoltosos** - não os posso chamar **Revolucionários** infelizmente - de **Sete de Junho** fizeram o **Levante** em defesa dos seus próprios interesses, embora justos e correctos, - em nome da sua dignidade vilipendiada, em defesa da sua honra e respeito de seres humanos, que sentiam, desprezados e conspurcados - mas *peçoais*. Nem foi pelos interesses da sua classe (castrense) no seu todo, o que podia atenuar de alguma maneira as matizes egotistas e peçoais dessa revolta. E foi esse primeiro erro, que fez cindir as **Forças Armadas** em duas alas profundamente antagónicas: os **situacionistas** e **oposicionistas**. Coisa muito rara em levantamentos militares, pois geralmente o espírito da classe fala mais alto que o dever para com a Pátria.

E essa cisão de **Junho de 1998**, ainda não foi resolvida, dentro da classe castrense. As feridas ainda não sararam e continuam abertas para o mal deste País.

Mas os militares que escolheram permanecer fiéis ao Governo eleito (leia-se a **Nino Vieira**) pareciam ter um “Sentido de Estado” mais apurado do que os revoltosos. E **João B. Vieira** exigiu a “reposição da legalidade” (*constitucional*, pois a *verdadeira legalidade* há muito que andava pelas ruas de amargura, com todos os abusos e desrespeito a constituição e aos cidadãos) e falou da sua “legitimidade” como Chefe de Estado eleito. Foi nesta altura que pela primeira vez, se pôs na ordem do dia, na Guiné, a questão da *legitimidade do poder*. E os cidadãos começaram a pensar seriamente nisso pela primeira vez.

E entendendo a importância disso, o Presidente baseou toda a sua defesa, tanto internamente, como externamente - nas conversações com todos os Governos estrangeiros - nesse pressuposto: Presidente eleito, em contraponto aos rebeldes, aos insurrectos. E paradoxalmente já não importavam os erros cometidos no passado, as torturas, as mortes, a má governação e outros pecados. Apenas contava a “Legitimidade”, formal ou empírica.

Mas o “Sentido do Povo”, nesse momento da nossa história, era diametralmente oposta ao “Sentido de Estado” e a questões de **legitimidade política**. Parecia até que o regime em vigor era um regime imposto e não o resultado de eleições legislativas e presidenciais relativamente recentes. E se queremos ser coerentes, em relação a **Ansumane Mané**, ele tinha uma certa “legitimidade” (discutível, é certo) que vinha da “ponta da espingarda”. Este tipo de legitimidade existe desde que o mundo é mundo; ela é que fez todos os Impérios, desde o **Romano** até ao **Britânico**. Mao Tsé-tung entendia isso muito bem - por isso dizia que “**o Poder político está na ponta da espingarda**” -, os nossos actuais militares também (diga-se outra vez, de passagem). O resto é conversa.

## II

Mas na altura dos acontecimentos, esse facto - a questão da legitimidade -, por si só, já não era o mais importante. Porque, de facto, de que adianta na verdade ter legitimidade *formal*, se aos olhos do Povo não se é *legítimo*? Não é o gigante da sociologia **Maximilian Weber** que nos ensina que

*“Legitimidade não significa justiça ou direito em sentido absoluto; é um conceito relativo, que existe nas representações subjectivas dos povos”?*

E todo um povo se tinha levantado contra esse regime. E ninguém, com algum valor moral ou intelectual, verdadeiramente importante ou com alguma *legitimidade* perante aos olhos do Povo Guineense, levantou um dedo para suportar o regime. Porque na verdade, por erros grosseiros e omissões tremendas, já não tinha nenhuma legitimidade. Apenas alguns leais ao **João Bernardo Vieira** que sabiam que seriam os grandes perdedores se este caísse, que ficaram ao seu lado. Embora justiça seja feita a alguns que ficaram por convicção profunda de que estavam a fazer o que era certo e justo apoiando um Presidente eleito e por conseguinte legítimo, ainda na total posse dos seus **direitos sagrados** dados pela Constituição e pela República.

**Ansumane Mané** ao lutar para repor a sua *honra pessoal* não percebeu os anseios profundos das pessoas. Nem percebeu que a luta dos seus camaradas era totalmente outra e por isso não tinha somente a ver com a honra do seu chefe, o Brigadeiro **Ansumane**. Eles também, como ele, estavam feridos na sua dignidade e sentiam-se (com razão. Com muita razão) abandonados e vilipendiados. Estes sentimentos tinham a sua correspondência em vastas camadas da sociedade que tinham também queixas profundas. Só que todos estes sentimentos desconhecidos, este desafio existencial, esse ódio, em suma, só podia ser transformado numa arma poderosa se alicerçado numa liderança esclarecida imbuído de uma ideologia clara, assente no *valor* “liberdade” e no *valor* “bem-estar” para todos. E mesmo que apenas teórico, no momento, tinha que ser consubstanciada numa mensagem firmada claramente no Patriotismo, na Liberdade e amor ao Povo.

### III

Por tudo isso que acabei de dizer, eu poderia compreender - embora compreender não é aprovar - a revolta de **Ansumane** e os seus corajosos companheiros. Se eles o tivessem feito para acabar com a tirania, nepotismo e a destruição paulatina mas sistemática de todo o tecido económico, social e moral do povo, que se estava estranhamente a ser realizado pelo próprio Governo. Mas infelizmente com a sua revolta acabaram destruindo o pouco que tinha restado do já frágil tecido económico e social que ainda existia no país, para o meu grande desgosto. E as relações económicas, a confiança de investidores e empresários é algo fácil de destruir, mas leva anos a construir. Tiveram coragem pessoal é certo (estavam na invejável posição de quem não tem nada para perder), mas faltou-lhes a “coragem política”. Ou faltou-lhes a capacidade política.

Mas para o bem deste País e Povo “aceitaria” essa revolta, pois sabemos (como alguém disse), que quando o próprio Governo é o *destruidor* do Povo e Nação, não é só um **direito** lutar contra esse Governo, como é um **dever** cívico de todo o cidadão. E todo o patriota deve pugnar por todos os meios para à sua destruição. E naquela altura era essa a realidade.

E hoje, só posso constatar, com amargura, que esse acontecimento foi a *hora* perdida da **Revolução Guineense**. A **Revolução** que poderia criar o novíssimo **Estado Guineense**, com um Governo - de uma legitimidade acrescida, apoiada e aclamada pelo povo - que assumiria na íntegra as suas responsabilidades para com a criação desta **Nação**, pela qual pugno e pugnarei.

Mas tenho que ser justo para reconhecer e dizer que houve dignidade, coragem e abnegação nessa **revolta**. Pois pela primeira vez depois da Independência os Guineenses não **tiveram medo de nada** e agiram em conformidade. E nesse pressuposto que hoje, só posso afirmar com amargura, que a *desgraça* de **Ansumane Mané** foi não ter uma *ideia* clara para a Nação, em suma não ter uma *ideologia* por mais simples que ela seja.

Por conseguinte, não houve o “entendimento superior” para agir em conformidade. Não houve a “compreensão profunda”, por parte da ala militar (nem da ala civil) da **revolta**, de que o que estava em jogo não era só a dignidade dos militares, mas de todo um povo. E esse “entendimento profundo” tinha que se consubstanciar numa *mensagem* - que tinha que ser clara e inequívoca - dirigida tanto ao resto dos militares que ainda estavam indecisos, ou que estavam com o Governo, como a nação no seu todo. E então no fim da Rebelião teríamos de facto a **Segunda República** liberta dos vícios do passado e pronta para recomeçar, com uma nova **Bandeira**. A bandeira da dignidade e justiça, da paz e progresso.

## V

### NACIONALISMO IDEOLÓGICO COMO ARMA DE COMBATE DO MOVIMENTO NACIONAL

AS REVOLUÇÕES SÃO A  
LOCOMOTIVA DA HISTÓRIA

**Karl Marx**

Tudo isto que escrevo, advém da necessidade imperiosa que temos de um **debate nacional** sobre os fundamentos socioculturais do nosso povo, que permitirá, sem exclusões, reconciliarmos connosco próprios, como indivíduos, tribos e povo único e traçará novos rumos para um desenvolvimento saudável, sustentável e acima de tudo **nacionalista**. Isso permitirá vivermos todos sem medo de nada - como ser livres que somos - dentro do nosso País. Pois isso é o primeiro passo para no futuro vivermos numa sociedade, pela qual pugno, em que seremos governados pelos melhores e mais competentes entre nós. E só depois de alcançado este pressuposto, podemos viver em *liberdade total* que não é igual a apenas “não estar preso numa jaula”, mas sim, não estar preso também às cadeias da pobreza e infelicidade. E por fim estar livre para criar, estar livre para sonhar, estar livre para realizar, para desse modo podermos fazer algo - de que possamos orgulhar - pela nossa terra.

Por isso quanto a vocês não sei, mas quanto a mim, no que concerne a este pressuposto, o que me proponho não é nem mais nem menos que transformar completamente a mentalidade Guineense e com ela transformar completamente a nossa sociedade e a Nação. Pois tenho que acreditar que *“o debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico. O problema de saber se ao pensamento humano corresponde uma verdade objectiva não é um problema da teoria, e sim um problema prático.”*

Friso isto, antes de continuar, pois preciso para vos dizer que nós Guineenses não podemos *reivindicar* uma Nação baseada na *raça*, *tribo* ou no *sangue*. E como a cor da pele de um indivíduo não interessa para nada (alem de que não serve para nada e nunca serviu), só podemos *reivindicar* uma futura nação **crioula** - no sentido de miscigenação tribal que é tanto sanguínea como cultural - baseada nas tribos (libertos do retrógrado “complexo tribal”) e alicerçada numa **cultura nacional guineense** e na nossa **língua crioula** comum. Pois de um modo geral, um povo é sempre formado por vários núcleos raciais. No nosso caso o povo é formado por vários núcleos



tribais e descendentes dessas tribos que embora não tenham quebrado o elo de ligação as origens, são um produto novo de emancipação dessas tribos.

Por isso falo do nosso **patriotismo, nacionalismo e tribalismo** sem nenhuma *prudência* pois acredito - e acho necessário sublinhar - que existe um “**tribalismo são**”, um *orgulho tribal* genuíno que se baseia na **cultura** e na **memória** dos antepassados que deve ser acalentado e protegido, pois faz parte do património cultural do povo no seu conjunto. São estes diferentes “orgulhos” que na sua junção dialéctica permite a existência da “cultura geral do povo”. Ela é *sã* e legitimadora da nossa pertença africana no geral e guineense em particular e só nos deverá orgulhar.

Ela é diferente do “**tribalismo palerma**”, do “tribalismo dogmático”, baseado numa duvidosa *pertença* que só serve para criar ódio, separar em vez de unir e prejudicar pessoas apenas por pertencerem a outras tribos nacionais ou tribos vizinhas. Pois este “**tribalismo pateta**” só consegue existir - não na diferença cultural e de dialecto -, mas só quando *diz* que o outro “não presta” e “não serve” e que só quem pertence a “nossa tribo” é que *vale*. É esse tipo de “**tribalismo criminoso**” que provocou o genocídio de **Rwanda** e a guerra civil na **Costa do Marfim** (hoje esta de novo a beira de outra guerra) só para dar dois exemplos.

Porque na verdade um tribalista, como um racista, também, é um palerma, mas acima de tudo é um indivíduo perturbado. Para dentro da sua tribo diz “nós fulas somos os melhores”. Mas não se esquece de dizer, por exemplo, que “mas desde os tempos dos nossos avós que os *Embalós* mandavam nos *Baldés* ou nos *Seid*”, portanto... Ou que outros foram “cipaios coloniais” ou que outros foram combatentes de liberdade, etc. Etc. Quando esta em confronto com algum elemento de outra tribo diz “lembra que nós somos todos fulas” e quando precisa aliar-se a uma outra tribo para confrontar outra lembra que “nós somos muçulmanos” e os outros são infiéis. E assim sucessivamente, em diversas situações.

A nossa conflitualidade política actual tem muito a ver com o tribalismo embora a primeira vista pareça que não. Pois os tribalistas (como os racistas) são indivíduos instáveis que primeiro fazem mal as suas próprias tribos, separando as pessoas em castas (*Embaló*, *Cassama*, etc.) para depois, conforme o momento político, falarem da pertença tribal, de gerações, de classe, e de religião.

Aqui dou um exemplo apenas citando também apenas tribalistas de uma terminada tribo maioritária no País, mas podia fazer o mesmo com todas as outras sem excepções. Mas como não posso tratar destes assuntos ainda de modo profundo, digo apenas que se me derem 100 tribalistas e 1 nacionalista para construir a Nação, escolheria o **nacionalista**, pois quaisquer que fossem os ganhos que viesse a ter com os tribalistas, eles seriam depois destruídos pelos mesmos.

Um País como **Costa do Marfim**, com um “desenvolvimento” económico de certa forma satisfatório, veio a revelar-se tão frágil socialmente que uma pequena faísca deflagrou uma guerra tribal e religiosa com consequências terríveis para o seu povo. E ainda hoje esse problema tribal e religioso não resolvido continua a destruir esse País. Abro um parêntese para dizer que a rebelião de **Junho de 1998** foi também de certa forma uma consequência de este tipo de comportamento embora com outras nuances, pois tudo isso era previsível - mesmo sem os famosos “estudos prospectivos” do I.N.E.P. - e expectável (e eu pelo meu lado, modéstia aparte, fartei de alertar para isso a quem me ouvia ou lia com um bocado de atenção),

Devemos portanto ser genuinamente **Patriotas** e visceralmente **anti-tribalistas**. Realizar um combate de vida e morte á todos àqueles tribalistas que não apenas querem mal as outras tribos, como exploram gente das suas próprias tribos, com noções retrógradas de um passado profano em que a sua própria tribo era dividida em senhores e escravos ou em castas. E querem

perpetuar isso ainda hoje através de identificações perjuras, além de outras características físicas e culturais. Sabemos, parafraseando **Samuel Johnson**, que *o tribalismo é o último refúgio do patife*. Por isso o primeiro combate pelo coração dos Guineenses é o combate sem tréguas aos tribalistas. E só um Patriota pode combater um Tribalista. Pois são duas naturezas inconciliáveis. O **patriota** ama o povo, o **tribalista** ama a tribo. Para o **patriota** cada pedaço do solo pátrio tem igual importância extrema, para o **tribalista**, a terra da sua região é a mais importante. Para o tribalista a Pátria é um conceito abstracto que ele só realiza através da tribo, para o Patriota a Pátria é um conceito real e palpável realizável através de todas as tribos, mas ao mesmo tempo independentemente destas.

Dito isto, estabelecido a diferença entre o **Tribalista** e o **Patriota** devo ir mais além para vos dizer que só devemos ser **Patriotas**, no combate sem tréguas aos **tribalistas**. E neste combate, devemos enrijecer o nosso espírito e ser mais que **simples patriotas**, para a sermos **completamente Nacionalistas**. Pois ser “apenas” **Patriota**, no nosso caso, é pouco.

Quando dei a estas minhas modestas “Reflexões” o título genérico de “**Reflexões de um Nacionalista**”, não foi por acaso ou apenas porque achei a frase interessante. Essa frase reflecte mais que tudo o que já escrevi, a *essência* do meu pensamento sobre a **Nação**. Eu não sou *simples Patriota*. Ser **Patriota** não me chega e não mitiga a minha alma. E não quero que os guineenses sejam *apenas Patriotas*.

O **patriotismo** é *suficiente* para “reunir” a Nação”, mas é insuficiente para “construí-la”. Temos que entender que a base da nossa coesão nacional deve ser profundamente **Nacionalista** pois assim como o **Tribalismo** é néscio, o mero **Patriotismo** não é suficiente. Se queremos uma Pátria, um Povo e uma Nação de verdade, temos que ser **Nacionalistas de verdade**.

Podemos ser ao mesmo tempo **Patriotas** e **Nacionalistas**, mas nunca devemos ser *somente Patriotas*. Os **Nacionalistas** querem que para além do Povo viver bem, que viva, melhor que outros povos vizinhos. O **Nacionalista** não quer apenas o desenvolvimento do seu País, quer que o seu desenvolvimento ultrapasse (em pouco tempo) os Países vizinhos. Não quer apenas que o seu Governo seja bom, mas que seja melhor que todos os outros Governos. Não quer apenas conservar as suas fronteiras, mas quer reivindicar àquela parte que tiraram da mãe Pátria. Por isso eu me defino como **Nacionalista** e não como unicamente um **Patriota**.

Pois o **Patriotismo** com todas as suas *sublimantes* qualidades, radica-se na terra, no solo (pertencente a uma determinada tribo), enquanto o **Nacionalismo** arreiga-se no Povo - formado por **todas** as tribos do arco-íris nacional -, no solo pátrio que não é pertença de *ninguém*, na “**terra Guineense**” que no seu conjunto formam e delimitam as fronteiras da Pátria e é pertença somente ao povo no seu conjunto. E ao conjunto do povo, o conjunto das tribos, nós os **Nacionalistas** chamamos **Nação Guineense**.

Só um **Nacionalismo** sã, baseado no amor ao povo, pode edificar a Nação. E embora saiba que somente *amar* não basta; que o amor sem obra, sem realizações, sem nada fazer, é platónico e inconsequente. Mas também sei sem nenhuma dúvida que só no amor profundo à Pátria é que *começam* todas as verdadeiras “grandes realizações”. Só a partir desse *amor* podemos recriar a nós mesmos e ir buscar forças ocultas no fundo do nosso ser para recriar por fim a Nação.

Que ninguém pense pois, que só pôde servir a sua Pátria militando num **Partido Político** ou sendo mesmo um Político. Pode-se servir o Povo nos hospitais, nas escolas, nos artigos escritos nos jornais e na internet, fazendo música, pintando quadros, escrevendo poesia, fazendo programas de rádio e televisão motivadores. Pode-se servir a nação no campo diplomático criando oportunidades e gerando interesses comerciais e empresariais de outros povos para com o nosso.

Mas independentemente do que acreditarmos, há um consenso (segundo **Chomsky**) que se traduz no seguinte: “*verdadeira vida humana deve almejar a organização **política**, que é uma forma superior e até oposta à simples vida do convívio social da casa ou de comunidades mais complexas.*” E só a partir daqui, da “*compreensão da natureza do homem determinados aspectos da vida social adquirem um estatuto eminentemente político, tais como: a noção de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é próprio, etc.*” Portanto a “*verdadeira vida humana deve almejar a organização **política**, que é uma forma superior e até oposta à simples vida do convívio social da casa ou de comunidades mais complexas.*”

Pode-se servir a Nação com actos simples como chegar pontualmente ao serviço e saindo a horas certas, criar empresas serias, exportar produtos nacionais, produzindo riqueza e emprego. Na verdade o País é vosso e devem usa-lo. Usem-no da melhor maneira multiplicando as suas riquezas e potenciando os seus recursos naturais e outros.

Um ilustre filósofo e prémio Nobel de literatura afirmou que “*a **Política** e os destinos da humanidade são forjados por homens sem ideais nem grandeza*”. E subseqüentemente que “*Aqueles que têm grandeza interior não se encaminham para a Política*”.

Nunca acreditei nisso, preferindo acreditar como **John Fitzgerald Kennedy**, que a politica é das mais nobres das actividades humanas. Porque tudo se resume a *maneira* como se faz a **Politica**.

Mas a única *maneira* que conheço é a maneira **certa**. E a maneira certa e necessária nesta fase, neste momento que vive a Nação, é um amplo consenso político nacional que deve ser consubstanciado num **Movimento Nacionalista** de largo espectro que ultrapasse o medíocre e insuficiente quadro político-partidário do País; onde a maioria dos Guineenses (seja internamente e externamente) não se revê e só lamenta a nossa sorte. Pois se o País, no seu todo (económica e socialmente) está de rastos, também está **politicamente** de rastos. O nosso amor-próprio esta de rastos. A nossa confiança esta de rastos. Os quadros estão de rastos; os intelectuais estão de rastos; os empresários estão de rastos; povo “esse postulado eterno da razão” esta de rastos.

E quanto a isso não sou impotente para vos asseverar e fazer acreditar que são capazes de serem úteis ao vosso povo, acreditem que dentro de cada um de vocês existe uma força latente a espera de ser direccionada e impulsionada. E isso não deve ser feito com afirmações, mas com realizações sérias em todos os campos de actividade económica e social do País. Só assim o medo deixara de fazer parte de nós.

Sabendo o que acabei de afirmar e conhecendo o postulado de **K. Marx** sobre a diferença entre a *teoria e pratica* na luta politica, que ele resume na seguinte formula: “*É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o carácter terreno de seu pensamento.*” Então resta-me a *prática* para demonstrar o que digo.

Foi na verdade o que tentei fazer, falando com àqueles jovens, para formar um **Movimento Nacional**, pois este permanente *estado de excepção* em que vivemos nunca será propício a qualquer vislumbre de desenvolvimento socioeconómico. E sem ser livre, nenhum povo progrediu. Pois só é possível criar riqueza num país organizado, estável, evoluído e progressivamente rumando para o ao desenvolvimento.

E se consequentemente acredito que “*é na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o carácter terreno de seu pensamento*”, então chegou a hora de criar um **Movimento Nacional** com todas as consequências positivas que daí advirão para o bem do País (disso não tenho mínima duvida) ou negativas para o mal dos seus combatentes militantes, se virem a ser perseguidos.

E será um **movimento** dos “**Sem Partidos**”, dos que não se revêm nos actuais (dezenas). Um **movimento** dos que entendem muitos **Partidos** só existem para poderem (quando chegar a “sua

hora” de irem para o Poder) sacar o máximo que poderem ao País. Um **movimento** que “destrua” todos os Partidos que encham este País, sem nos darem nenhuma alternativa reais e credíveis, que só servem para fazer *ruídos*, que não deixam o povo ouvir o seu coração e direccionar o seu instinto para o caminho certo.

Um **movimento** que permita direccionar o ódio desses milhares de deserdados e fazer com que a juventude totalmente perdida da nação, se levante para a abanar o sistema como se fosse uma goiabeira preche de políticos que caíram com fragor. Um **movimento** daqueles que sentem vergonha de muitos políticos que temos. Que sentem vergonha da maneira e por quem são representados dentro e fora do país. Que sentem vergonha da maneira que as pessoas se posicionam no xadrez politico nacional para beneficiarem de benesses no futuro. Tem que ser um **movimento de renascimento nacional**, um **movimento** de todos aqueles que odeiam aqueles que destruíram o nosso país, que deviam ter feito algo, mas não fizeram, na sua luta permanente pelos despojos do País, que se consubstancia-se hoje, de uma maneira geral, no “fazer politica” na Guiné.

Um **movimento** com um programa que só terá um ponto: Construir este País pedra sobre pedra, como foi destruído, pedra sobre pedra, durante 40 anos.

E este ponto único do seu programa definirá tudo o que há para fazer. E não é preciso mais nada.

Mas este Movimento terá que ser clandestino? Temos que esconder os nossos pensamentos e ter medo do Governo? Ou reformulando a pergunta, necessitará de ser clandestino? Será combatido? Apesar da justeza dos seus preceitos? E se o for, as pessoas que pensam igual terão a coragem para filiar e militarem nesse Movimento? Ou por outro, não terão medo? E não ter medo é apenas um começo, pois não é apenas a “ausência do medo” que é condição suficiente e necessária para um objectivo desta grandeza. É muito mais, muitíssimo mais: pois a “ausência” do medo não significa logo “coragem”; a **coragem** necessita ser despoletada por **ideias e razões** que ultrapassem o ser humano como tal. A *coragem* é uma **força**, feita da “ausência do medo” e a “capacidade de sonhar”, direccionadas para objectivos claramente definidos.

Um **movimento** para não ser perseguido, tem que ter uma dimensão tão grande, que os perseguidores se sintam submergidos por ela e nunca se atrevam a persegui-la. Mas tem que ser um **movimento** amplo, tão amplo, que destrua de raiz todas as veleidades de lutar contra ela e tentar destruí-la. E a sua existência apenas provará que somos seres humanos livres. Caso contrário não o somos.

Por isso se tenho que aceitar e entender que se para alcançar a liberdade, as vezes é necessário morrer, tenho que “entender” também que o **heroísmo** sem *objectivo* e *directão* claramente definidos, redundam no *sacrifício heróico* apenas. E isso é inadmissível; pois se como já se disse “*não existe grandeza sem o derramamento de sangue*”, também já disse que “*o sangue derramado deve servir*”.

Acreditem que as vezes, um homem não tem coragem suficiente para se por a frente de balas, nem para salvar a vida ao próprio filho, mas esse mesmo homem, pela sua Pátria morrerá sem pestanejar e sem hesitar um instante, quando a hora chegar finalmente. Pois o amor ao nosso povo, tem que ser sempre maior que o amor pelos nossos filhos, mulher ou nossos pais. Pela nossa Pátria e Povo - se os amamos - temos que estar sempre disposto a morrer; Esta é a lei da vida (e da honra), e nunca mudará enquanto houver uma réstia de dignidade nos homens. Pois este é um povo, que comparativamente aos seus dirigentes, sempre foi superior.

Lembrem-se que “nada valem as **ideias** sem **homens** que possam pô-las em prática.” Mas isso só será feito por homens sem medo. Por isso antes vos falei do medo na nossa sociedade. E independentemente do medo pessoal de sofrerem fisicamente, não tenham medo também de nada que é novo. Sejam novas ideias, novos caminhos, novos movimentos. Ou como o **Kennedy** disse: “*A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro.*”

Porquê um **Movimento** e não um **Partido**? Um **movimento** tem objectivos concretos e temporais e quando cumpre esses objectivos deixar de ter razões para existir não se pode perpetuar no tempo apenas para satisfazer as clientelas. Se tiver que durar 10 anos será, se tiver que durar 20 também, mas quando desempenhar o seu papel histórico e deve *sair* da cena política. E isto independentemente da definição clássica da diferença entre um **Movimento de Libertação** e um **Partido** (casos do MPLA, FRELIMO e PAIGC durante as respectivas Lutas de Libertação).

Alem de que a nossa Nação, pelo tamanho e pela necessidade da sua organização interna não deve ter mais do que três **Partido políticos** no máximo. E que é necessário acabar urgentemente com a retrógrada e criminosa mentalidade de que só podemos ser alguém na vida, só podemos realmente alcançar algo material (geralmente sem nenhuma dignidade) se formos militantes ou *capachos* de algum partido e levar a vida esperando que ela atinja o Poder; ou estando ela no Poder esperar que alguém na sua *Direcção Política* se lembre de nós e nos nomeie para qualquer posto.

Um **Movimento** e não um **Partido** porque um **Partido** não se *renova* só pelo facto de ter novos militantes. Um **Partido** não é uma *sede* e *militantes* mais ou menos *aguerridos* à espera de recompensas materiais e postos no aparelho do Estado. Um **Partido** (que se preze e que se quer sério e competente) é uma determinada *ideia*, uma *filosofia* concreta, em suma, uma *ideologia inabalável* num *tempo* certo, com um *chefe* certo. Pois uma mera substituição de dirigentes nunca será suficiente para desencadear o *elan*, o *entusiasmo* e o *acreditar* para a realização de objectivos transcendentais que nos esperam.

Por isso o PAIGC nunca conseguiu cumprir o seu “Programa Máximo” (e nunca o poderá cumprir), sem falar do “Mínimo” que foi tão mal realizado na prática que não acredito que se possa dizer com justiça que foi *cumprida* tamanha visão. As *ideias* (não a sua *prática*) do PAIGC tiveram valor intrínseco até o 25 de Abril de 1974. Depois da queda do fascismo português, contra a qual se fez a **Luta**, as ideias envelheceram rapidamente; e deles não se conseguiu extrair nada de bom para o futuro, pelo menos no que diz respeito a sua *prática*.

Por isso vou me repetir mais uma vez, para os que entendem a necessidade de um Movimento que preconizo e dela querem fazer parte, que para criar um **Movimento Político**, fazer uma **Revolução**, instruir uma **Nação** e finalmente construir um **Estado Nacional** forte e coeso, não basta querer. É *preciso indivíduos brilhantes, dotados de uma inteligência e visão superior, de um grau de dureza extrema e quando necessário, imbuídos de uma brutalidade que não olha meios para atingir esses nobres fins.*

E esses “nobres fins” só podem ser consumadas por *esse homem* que existe para além de si próprio. Este homem que deixara de ser o que é ordinariamente, para *existir* apenas em *função* do povo e na *realização* do povo. E nesse *sentir* pugnar pelos seus *direitos* apenas e só, depois de o povo adquirir os seus.

Mas isso só é possível quando o povo não for para nós uma coisa abstracta e longínqua. E o povo deixará de ser uma abstracção, quando entendermos que “eu só *sou* porque *sou do povo*”; Isto quer dizer que eu só “sou aquilo que sou”, porque esse povo me gerou, criou e *encarnou* em mim qualidades que me permitem *sê-lo*.

Por isso quando digo que o **Amílcar Cabral** e o seu **movimento**, na altura, não eram nem mais nem menos do que uma *emanação* do povo, não era retórica. Não sei se **Amílcar**, o Secretário-Geral, alguma vez teve dúvidas a respeito de que ele é **Cabral**, porque o povo *fez dele* aquilo que ele é; doutra forma não o seria. Doutra forma, não haveria **Amílcar**, o sonhador, não haveria **Abel Djassy**, o revolucionário conspirador, não haveria **Cabral**, o realizador de sonhos. Por isso no texto do “Juramento” frisei que **Amílcar** era filho “da Guiné” e “do povo”, duas dimensões distintas, sem as quais ele não poderia ser o demiurgo da nossa identidade.

É nesta compreensão profunda, que disse várias vezes, que temos que amar o nosso Povo mais do que tudo neste mundo; e a nossa Pátria, criada por ele, acima de tudo neste mundo.

Nessa base que falo de “grandes realizações”, aquelas que ultrapassam o homem “como indivíduo” ou “como cidadão isolado” e só o *alcançam, dentro* do Povo, como *elemento* desse povo, como *parte* inseparável do povo. Só assim podemos realizar o nosso destino como cidadãos, como indivíduos e finalmente como povo.

Mas não há “grandes realizações”, não há “desenvolvimento”, não há o “sorriso da criança” sem o *amor* profundo ao Povo, sem querer desesperadamente a sua redenção. E lembrem-se que somente no *amor* ao Povo que o ser humano se *realiza* e se torna o *herdeiro* da sua terra; se torna “naquele por quem se espera” e não “naquele que espera”.

**Atentamente**

**Fernando J. P. Teixeira**

[teixeira\\_ferjor@hotmail.com](mailto:teixeira_ferjor@hotmail.com)

**21 de Dezembro 2010**

**P.S.**

Termino aqui agradecendo a sua paciência caro leitor; e acredite que simplifico o máximo possível e corto sempre que posso. Criticam-me por meus textos serem longos, mas geralmente não os consigo simplificar mais. Há já algum tempo, um médico Guineense, **B. I.** (talvez soterrado com leitura do meu último texto), perguntou-me se já tinha *terminado* por fim todas “as minhas reflexões”; ao que respondi que tudo o que tinha escrito *ainda* era apenas a **introdução** do que iria escrever no *futuro* se Deus me der vida e saúde. Ele riu, mas eu falava verdade.

Este texto que já é longo, terá ainda uma última Parte intitulado “O CAMINHO GUINEENSE” onde espero poder terminar este meu “**O ESTADO E REVOLUÇÃO**”. Tinha dito que este trabalho seria dividido em “três partes” (tirando a Introdução), mas sou obrigado a acrescentar mais “uma parte” que espero ser a última. Infelizmente, há três semanas, assaltaram-me a casa e roubaram-me o meu computador portátil (com centenas e centenas de páginas já escritas). Uma perda impossível de quantificar. A investigação para este trabalho perdeu-se também. Quase fiquei doente e fui obrigado a começar muita coisa de novo e a repensar todo o trabalho. Tentarei terminar a **Quarta Parte** ainda antes do fim do Ano e se assim for, será o meu presente de ano aos meus estimados leitores.

**FELIZ NATAL E BOM ANO NOVO TODOS VOCÊS E QUE SEJA O ÚLTIMO DO PERÍODO DA DESORGANIZAÇÃO E PARA QUE O PRÓXIMO SEJA O PRIMEIRO DO RECOMEÇO.**

